

# ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL: PROCESSOS PARTICIPATIVOS E URBANIZAÇÃO

*Flavio de Lemos Carsalade*

## 1 ANTECEDENTES

Embora se possa – e se deva - fazer uma distinção entre os conceitos de Patrimônio Cultural (e/ou Histórico-Artístico) e aqueles ligados à Teoria da Restauração, eles de certa forma aparecem imbrincados desde o Século XIX quando ganham *status* de campo do conhecimento, através das reflexões e ações realizadas a partir da Revolução Francesa de 1789. Após um primeiro momento caracterizado pelo vandalismo com relação aos palácios e igrejas - identificados com o clero e a nobreza, inimigos a serem contestados – os revolucionários passam a compreender que aqueles bens de fato pertenciam, na nova ordem estabelecida, ao povo da França e iniciam o inventário e as primeiras ações de consolidação e recuperação de edifícios e monumentos. Nasce assim as primeiras sistematizações do que seria “patrimônio nacional” e as primeiras reflexões sobre critérios e técnicas de restauro, movimento que se alastra pela Europa e que mobiliza sobretudo os italianos que, em sua tradição, já valorizavam o seu passado ligado à antiguidade clássica. Essas reflexões iniciam a consolidação de uma Teoria da Restauração, ainda que de forma tímida, no final do Século XIX, momento também em que a Revolução

Industrial alimenta, com outras nuances, a preocupação com os edifícios do passado e com as tradições artesanais, vistos como ameaçados pela industrialização e as rápidas transformações urbanas que então se processavam. Assim, Patrimônio e Restauro nascem no bojo de um mesmo e integrado movimento histórico e durante muito tempo foram objeto de uma mesma reflexão, como duas faces da mesma moeda. Mas o que acontece, de fato, é que embora interligados, eles são campos de reflexão autônomos e o reconhecimento desta autonomia é importante para elucidar e melhor compreender cada um deles.

O campo patrimonial, por exemplo, talvez devido à sua origem relacionada com o material – edifícios, monumentos, ruínas e, algum tempo depois, centros históricos – desconsiderou durante muito tempo os conteúdos imateriais como se não fosse a sua condição simbólica, portanto subjetiva ou imaterial, que lhes conferisse a condição de semióforos<sup>101</sup> das civilizações que representavam. Se nem esta característica que se apresenta intrinsecamente relacionada à matéria do bem patrimonial era reconhecida, o que dizer daqueles bens de natureza puramente intangível como tradições, lugares e saberes? A Teoria Clássica da Restauração<sup>102</sup>, por sua vez, se estabeleceu a partir do espírito de época positivista que caracterizava os lugares e o tempo onde nasciam as reflexões do campo. Assim sendo, trataram logo de se apresentar como uma ciência, utilizando as metodologias próprias desta categoria de saber, prescritivas e

---

<sup>101</sup> "Objetos visíveis investidos de significação", segundo a terminologia criada por KRZYSTOF POMIAN (1987)

<sup>102</sup> Termo cunhado por MUÑOZ VIÑAS (2003)

normativas, de tendências universalizantes e reducionistas, como lhe é característico. O conjunto de bens patrimoniais se formava a partir dos *highlights* da civilização - palácios, estruturas monumentais e templos - como seus principais representantes e as técnicas de intervenção visavam resguardar sua expressão artística e histórica, evitando-se conspurcar sua autenticidade com a intervenção “descaracterizante” do presente, separando-os – como se fora possível – do passado e do futuro.

Dada esta herança positivista, o tripé sobre o qual se construiu a primeira fase de estudos patrimoniais/restauro se baseava em três eixos: a verdade histórica, a imanência da arte e a estabilidade da cultura (CARSALADE, 2017). Por verdade histórica, queremos nos referir à concepção de História como estabelecimento de uma única verdade que descrevesse os fatos como eles “realmente” teriam ocorrido, baseados em documentos “incontestáveis” que embasariam a reconstrução histórica; por imanência da arte, nos referimos à atitude idealista de se conceber a obra do artista como portadora de uma mensagem estética metafísica que se apresentasse a cada momento de sua fruição, como uma epifania; por estabilidade da cultura, compreende-se a ameaça de transformação das culturas locais pelo aporte de outras referências exógenas que acabariam com os padrões locais, extinguindo-os inexoravelmente.

No entanto, da mesma maneira que os campos do patrimônio e do restauro foram influenciados pelo *zeitgeist* em seu primeiro momento, eles passaram a ser abalados pelas mudanças de paradigma do conhecimento que se apresentaram a partir da segunda metade do Século XX. Se considerarmos os diferentes cortes de

compreensão do mundo (DELEUZE e GUATTARI, 1992) – ciência, arte e filosofia, todas importantes para a compreensão do patrimônio e restauro - para efeito de nossa análise dessas transformações, podemos identificar correlações importantes no questionamento das certezas que até então se apresentavam. Na ciência, a Teoria da Indeterminação de Heisenberg lançou dúvidas nas certezas científicas na medida em que um de seus alicerces, a experimentação como prova de validade, já não mais se apresentava como estabelecimento da verdade, pela constatação de que a postura do observador poderia modificar os resultados empíricos, conduzindo para um outro resultado. Na filosofia, a revisão pós-moderna e o pós-estruturalismo se apresentaram também como posturas divergentes das certezas científicas e dos valores convencionados da modernidade. Neste corte, o pós-modernismo buscava a legitimação dos diferentes saberes em contraposição à eleição de um único saber – o técnico-científico - como válido (LYOTARD, 1986), sendo que uma das principais forças do pós-estruturalismo se traduz no questionamento das verdades estabelecidas e a constatação de seu caráter mutante e dos limites do conhecimento, apontando para a possibilidade de variações abertas gerando uma postura de resistência (WILLIAMS, 2012). É assim que Foucault (YAZBEK), para citar um dos expoentes deste movimento filosófico, suspendia a questão da validade dos discursos para situá-la em outra dimensão, aquela ligada a sua arqueologia e a sua genealogia, posições que influenciaram significativamente a corrente da “Nova História”, a qual, por sua vez, questionava radicalmente o conceito de “verdade histórica” e “isenção dos fatos”, revelando o

caráter da História como um leque de edições possíveis do passado e incluindo a incerteza da memória oral como válida nos processos de compreensão do passado histórico. Nas artes, surgiram as possibilidades de novas recontextualizações do objeto estético trazidas por Marcel Duchamp (ampliando e questionado os limites das formas e das figurações), a arte conceitual (que, no limite, poderia até prescindir da matéria e da elaboração concreta do artista), a explosão dos diferentes suportes para a manifestação artística, tudo isto, apontando para uma diluição da expressividade baseada apenas na matéria e em significados imanentes, como se elas fossem resultados de uma epifania metafísica incorporada na obra de arte. Há ainda uma outra dimensão, além desses três cortes, relacionada à esfera política, com a queda das grandes narrativas ideológicas e das polarizações esquerda-direita, representada pela derrubada do Muro de Berlim e pelos movimentos de participação das populações, reivindicando direitos difusos da sociedade e participação nas decisões políticas dos Estados.

Todo esse cadinho de novas ideias certamente resultaria em modificações profundas no campo do patrimônio cultural, ampliando substantivamente o conceito. Além das mudanças de paradigmas do período, contribuíram também decisivamente para tanto alguns fatos que nele ocorreram. O primeiro deles foi o aporte da antropologia à análise e lida com os bens culturais de memória. A antropologia começou por substituir a visão francesa de patrimônio ligado à “alta-cultura”, aos expoentes da civilização, para uma abordagem mais próxima da concepção saxônica de *kultur*, a qual englobava as relações cotidianas das comunidades em suas formas e

meios de lidar com o mundo e em suas chaves simbólicas de relações sociais. Através dessa abordagem, o patrimônio não estaria ligado apenas às elites e nem apenas ao excepcional, mas deveria se estender também ao bem exemplar, de diferentes origens e de diferentes grupos sociais, como representativos da memória e da identidade coletiva.

Um segundo aporte foi a explosão do tema patrimonial, o qual se transformou em questão global, na esteira dos direitos difusos, juntamente com as questões ecológicas que, nos anos 1970, alertaram sobre os perigos do futuro do planeta. Embora as preocupações com o patrimônio tivessem precedido as ambientais, o alerta para as perdas foi muito mais forte nestas últimas e acabaram por fortalecer as questões da memória. A UNESCO, atenta a essas questões já nessa década criava convenções sobre o patrimônio mundial, confirmando as tendências globalizantes e, em um segundo momento procurava ligar a agenda cultural à ambiental, ampliando seus protocolos (1972).

Se a memória e os bens a serem protegidos já não mais estavam distantes do cidadão comum, já não se restringindo às elites ou a prédios públicos, as sociedades se sentiram fortalecidas para reivindicar também sua participação nessas questões. Esses movimentos vieram no bojo das manifestações coletivas da sociedade pugnando por seus direitos, tal como ocorreu no “maio de 1968” na França – que a historiografia registra com especial sabor, embora não tenha sido o mais importante – e a queda dos grandes regimes autoritários que nas décadas seguintes passaram a ocorrer na Europa e, um pouco mais tarde, nas Américas. No Brasil, após a

redemocratização do país, chamamos a atenção para os movimentos incipientes ligados à terra (no campo) e à habitação (nas cidades) que, mais tarde, resultariam em movimentos de minorias e étnicos em defesa de sua própria identidade, os quais, pelo seu teor, certamente desembocariam na questão patrimonial.

Também, no campo da arquitetura e urbanismo, berço ocidental da construção do campo patrimonial, as preocupações se ampliaram, saindo da estrita escala do edifício isolado em direção ao seu “entorno”, em um primeiro momento, para atingir a escala das cidades em seus núcleos urbanos e centros históricos, preocupação já demonstrada no início do Século XX, mas que ganhou impulso nessa segunda metade. A explosão do crescimento urbano desse período, quer em número de cidades, quer em seu tamanho, fez com que a questão ganhasse relevância, sendo contestada a perda da memória e das referências ameaçadas pela especulação imobiliária e pela rápida descaracterização das morfologias locais. Da simples proteção dos centros históricos a questão rapidamente evoluiu para a discussão do patrimônio urbano como qualidade ambiental e para mecanismos de gestão e participação social e, hoje, se amplia ainda mais pela presença do conceito inovador da paisagem cultural.

Os efeitos de todo esse processo atingiram o tripé da preservação. A verdade histórica baseada em documentos irrefutáveis que levavam a uma versão única ou preponderante da História passou a ser questionada, admitindo-se outras versões possíveis e substituindo os quadros históricos “fixos” por uma concepção mais dinâmica em diferentes regimes historiográficos

(HARTOG, 2013); a imanência da arte deixou de ser um dogma, incorporando na relação artista-fruidor outros elementos como a diferença entre seus códigos de produção e recepção, a legibilidade da obra mesmo que esta estivesse parcialmente corrompida e a validação intersubjetiva das próprias obras; verificou-se a fragilidade das preocupações quanto à estabilidade da cultura, pela constatação de que toda cultura está, de fato, em constante transformação e que ela é o resultado de contribuições contínuas de grupos exógenos, - ainda mais no mundo contemporâneo, pelo intercâmbio cada vez mais acelerado entre grupos sociais de diferentes procedências - e que isto necessariamente não resultaria em perdas, mas enriquecimento, como podemos observar, no Brasil, na fusão entre jazz e samba para o surgimento da “bossa nova”.

Desta maneira, a incerteza relacionada ao subjetivismo substituiu a objetividade científica e trouxe à cena o sujeito como agente no processo de patrimonialização, antes amplamente dominado pelo objeto, este parecendo ter vida própria e autônoma na epistemologia então vigente. Nestes novos tempos, tornando-se difícil aplicar a ideia de “verdade” aos objetos e pressupostos técnicos, a presença do sujeito veio trazer à tona o conceito de “significância” como medida possível do intersubjetivismo. O conceito ganhou destaque a partir da Carta de Burra (ICOMOS Austrália 1999) que o definiu como “o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes e futuras” que se apresentam incorporados “no sítio, na estrutura, na ambiência, nos usos, nas associações, nos registros, e se relacionam com os sítios e objetos”, no caso, a significância

estaria, portanto, na coesão entre valores materiais e imateriais e poderia ser encontrada nos mais diversos suportes, relativizados por acordos compartilhados ou por diferentes gerações. Na definição de Silvio Zancheti:

Por *significância cultural*, entende-se o conjunto de valores resultantes do julgamento e da validação social dos significados culturais, passados e presentes, de um objeto. Ressalta-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os significados do passado, sustentados por instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. A significância cultural não é um conceito que permita sua atuação direta na política ou na ação cultural, porque não pode ser conhecido em sua plenitude. É necessário recorrer a outro conceito: o da declaração de significância. (ZANCHETI et al., 2019)

Como o conceito de significância é polissêmico e necessariamente intersubjetivo, ele não poderia prescindir de mecanismos de participação das comunidades em seus processos decisórios, tanto quanto à eleição de qual bem seria considerado patrimônio, quanto nas avaliações das intervenções que neles se realizassem. Pelos mesmos princípios de ampliação de agentes, os bens patrimoniais ligados apenas aos edifícios e conjuntos urbanos parecia também não mais satisfazer à exigência de representação das memórias e identidades múltiplas, resultando em um aumento considerável do leque patrimonial, incorporando novas tipologias materiais e bens de natureza imaterial.

É claro que mudanças tão súbitas e radicais na patrimonialização e na gestão dos bens de interesse coletivo geraram uma crise epistemológica no campo de conhecimento que ainda hoje busca novos rumos. Percebe-se que, ao fim e ao cabo, o que se preserva, de fato, não são os objetos, mas a relação do sujeito com os objetos, fazendo com que a fobia associada ao medo da perda dos bens patrimoniais venha sendo temperada pela aceitação da transformação, desde que em bases sustentáveis. Compreendeu-se a indissociabilidade das dimensões material e imaterial do bem, como duas faces da mesma moeda, aplicada tanto aos bens de natureza tangível (patrimonializados e “significados” pelo sujeito) quanto aos de natureza intangível (que precisam ser materializados para exercerem sua potência). Com isto, os conceitos de autenticidade e verdade foram relativizados e libertos da camisa de força de um passado supostamente realista. Passa-se também a não fazer muito sentido uma taxonomia dos bens patrimoniais que os organiza em categorizações, na medida em que eles se embrincam e se misturam e oferecem várias possibilidades materiais e imateriais de fruição.

## **2 DUALIDADES PATRIMONIAIS**

Em artigo recente (CARSALADE, 2017, “Dualidades patrimoniais”), identificamos algumas questões epistemológicas que geram conflito na atual episteme do campo, resultantes da evolução do conceito de patrimônio apontados na seção anterior. Pela sua importância para o desenvolvimento do raciocínio que empreendemos no

presente artigo, retomamos alguns dos pontos ali apresentados.

## 2.1 SUJEITO E OBJETO

A dicotomia sujeito-objeto, esboçada anteriormente, pôs em cheque as oposições material/ imaterial e a vigência da neutralidade científica. A presença do sujeito, como já verificamos, vai desde o momento inicial de seleção dos bens a serem preservados até as decisões quanto aos objetivos e técnicas apropriadas à sua recuperação patrimonial. A Teoria Contemporânea da Restauração, segundo MUÑOZ VIÑAS (2003), já não considera o restauro apenas como um ato pautado pela ciência, mas intermediado por questões éticas e filosóficas, a tal ponto que elege como sendo a melhor restauração não mais a que aplica mais apropriadamente a bula da ciência, mas aquela que agrada ao maior número de pessoas envolvidas com o bem. O objeto perde sua proeminência e se submete ao seu valor para as sociedades a que pertence, com um caráter axiológico onde a eleição de valores dirige as decisões sobre seu manejo. Reconhece-se por exemplo que um mesmo bem pode ter diferentes valores para diferentes grupos de interesse e que, portanto, não cabe ao restaurador apenas aplicar um método prescritivo ao seu restauro, mas uma escuta atenta dos grupos aos quais ele serve.

## 2.2 UNIVERSALIDADE E SINGULARIDADE

Tributárias da visão cartesiana de metas científicas de busca de uma única verdade que explicasse os

fenômenos e da redução dos fenômenos a elementos abstratos e universalizantes, a Teoria Clássica da Restauração e a atitude patrimonializante geraram práticas de difícil sustentação no mundo contemporâneo. Como visto anteriormente, no campo patrimonial, a verdade é relativa à visão de diferentes grupos de interesse e a autenticidade é conferida mais pelos sujeitos do que pela materialidade das coisas. E se assim o é, não faz sentido trabalhar com universais e abstrações, sendo isto claramente exposto na crítica que em diversas partes do globo se fazem à visão eurocêntrica do patrimônio que marcou fortemente a seleção do Patrimônio Mundial realizada pela UNESCO até princípios deste milênio. Um breve exame da lista dos patrimônios da humanidade mostra a esmagadora predominância de bens de origem europeia, ligados às elites e a determinados períodos históricos, como se neles se reconhecessem a totalidade dos valores “universais”. Mas não é só a lista que causa estranheza, mas também os critérios de valor: por eles, bens de fatura recente ou em modificação severa não seriam considerados, excluindo-se, por este critério, as reconstruções ritualísticas dos templos japoneses, por exemplo, que, como aquele de Ise, são demolidos e reconstruídos a cada vinte anos. Nestes casos, isto ocorre em sintonia com as tradições orientais, onde o tempo não é linear como o dos ocidentais, mas cíclico, e a transmissão do saber fazer e das tradições superam os valores materiais.

O “universal” e a abstração também se refletem na tentativa de estabelecimento de uma teoria única de restauro que abrangesse todas as obras de arte, desde a pintura à arquitetura, passando pela escultura e artes

decorativas, aplicadas, tecidos e objetos utilitários, etc. Ao tentar colocar todos eles em uma mesma gaveta, a teoria desconsiderava a singularidade de cada expressão artística, tornando inadequados seus métodos para esta ou aquela modalidade. Isto é patente na arquitetura, uma arte utilitária, sujeita a transformações de uso e de contextos ao longo do tempo – até mesmo por sua própria necessidade de sobrevivência – e que não poderia ser compreendida como uma obra de arte “fechada” onde “nada poderia ser alterado, suprimido ou acrescentado” como ocorre em uma tela de pintura à óleo, por exemplo. Aliás, mesmo quanto a estas telas autorais, o conceito chinês de *shanzhai*<sup>103</sup> questiona a própria validade da autoria, pois, ao fim e ao cabo, qualquer obra é resultado de uma evolução coletiva e, posto que se insere na temporalidade, nunca pode parar de ser transformada.

## 2.3 PATRIMÔNIO E MONUMENTO

Também conforme anteriormente comentado, a origem dos serviços estatais de patrimônio histórico nasceu muito em função dos grandes marcos da civilização, especialmente aqueles considerados como “monumentos”. De uma maneira estrita, a palavra “monumento”, em sua etimologia, deriva de *monere*, algo

---

<sup>103</sup> Segundo BYUNG-CHUL HAN (2016), *shanzhai* é um neologismo chinês que se emprega para *fake*, mas é muito mais do que uma falsificação barata de produtos, se estendendo por todos os terrenos da vida, aproveitando o potencial da situação e liberando as energias antiautoritárias e subversivas, contrário à ideia de direito autoral e patente, na medida em que toda invenção humana é o resultado de um acúmulo da evolução da humanidade.

feito para lembrar e, nesse sentido, é correto aplica-la a qualquer suporte físico que exerça a função de provocar a rememoração. No entanto, com o tempo, a palavra monumento deixou de se aplicar indistintamente a qualquer suporte, identificando-se prioritariamente com aquelas obras excepcionais feitas com função de comemoração ou marco histórico o que levou RIEGL (1987) a fazer uma distinção entre monumentos de valor rememorativo intencional e aqueles não intencionais. A história do patrimônio valorizou, como vimos, prioritariamente aqueles de valor intencional e passamos a identifica-los com as excepcionalidades, os *highlights* da civilização, como anteriormente a eles nos referimos. Ora, contemporaneamente, valorizamos outros patrimônios, inclusive aqueles que a literatura especializada batizou de modestos, sem falar naqueles de natureza imaterial.

Sendo um conceito polissêmico, também são bastante diversos os suportes e as maneiras de valorizá-los. Embora a questão axiológica já tivesse sido identificada desde 1907 com a obra de Alois Riegl, ela foi retomada apenas nas discussões mais recentes, em função da revalorização do sujeito na episteme do campo. São os valores diferenciados que efetivamente atuam na seleção e no tratamento dado aos bens patrimoniais, como anteriormente exposto, e que chegam até a definir como lembrar, em um esforço de “editar” a memória, segundo os objetivos de quem o preserva. Alguns autores como Lowenthal (apud MUÑOZ VIÑAS, 2003) chegam ao extremo de acusar os preservacionistas de descompromisso com a história, pela torção de fatos para fazer os monumentos “caberem” na versão “apropriada” que se pretende contar às comunidades. Nesse esforço,

são comuns atitudes de museificação dos bens e de sua espetacularização, através da criação de fetiches ou de cenários, explorados política e economicamente, como soe ocorrer na “revitalização” de vários centros históricos ao redor do globo, grande parte deles tão pasteurizados e gentrificados que parecem múmias de si mesmos.

## 2.4 PASSADO E PRESENTE

A noção temporal linear adotada pelo ocidente cria uma ruptura entre os três momentos nominados como passado, presente e futuro, como se eles fossem isolados entre si e seus limites perfeitamente definidos. Pela abordagem “clássica”, o patrimônio pertenceria ao passado, não cabendo às gerações presentes o direito de conspurca-lo, reservando a eles apenas a tarefa de recomposição das perdas sofridas ao longo da história (como se isso não fosse uma ação presente) e um respeito absoluto à chamada “autenticidade” do objeto, a qual remontaria a seu momento original de criação (como se isto fosse possível de identificar ou até mesmo existisse, o que a construção continuada das catedrais góticas nega). Tanto era assim que um dos axiomas de um dos principais autores da teoria clássica da Restauração, o italiano CESARE BRANDI (1988, p. 15), define o restauro como sendo “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua consistência física e em sua dupla polaridade estática e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”). Por essa acepção, objeto patrimonial seria a imagem congelada do passado. Como o tempo passa para todos os artefatos, todos eles estão sujeitos às transformações, deteriorações (do ponto de

vista material) ou de alterações de significado pela sucessão das gerações (do ponto de vista imaterial). Para alguns deles, especialmente aqueles derivados da pintura ou escultura, talvez essa aparente “imobilidade” seja mais fácil de se aplicar, embora enganosa, mas para outros bens como a arquitetura e urbanismo ou mesmo aqueles de natureza imaterial este conceito seja de muito difícil aplicação. Edifícios e cidades estão em constante transformação e sua significância parece ter força exatamente na sua capacidade de apropriação pelas sucessivas gerações (GADAMER, 2004, se referia à arquitetura como a “pétrea ponte entre passado e presente”). As tradições de natureza imaterial também se transformam com a sequência da vida, sendo constantemente adaptadas e reconfiguradas, afinal a palavra tradição tem a mesma raiz etimológica da palavra traição...

O pensamento filosófico vem debatendo a questão da temporalidade por toda a sua história e, especificamente na fenomenologia de Heidegger, já se apontava para a sua coesão, entendendo a ilusão de sua tripartição e considerando que o momento de fruição é o tempo onde tudo acontece e que ele congrega o passado como “vigor-de-ter-sido” (algo que condiciona e traz consequências à fruição do presente) e o futuro como consciência presente do porvir. De fato, não há como desvincular o passado das outras temporalidades e nem de sua dependência quanto à maneira com que cada geração o interpreta ou valoriza (o que a história revela em seus regimes historiográficos, conforme nos ensina HARTOG, 2013). Esta constatação se aplica na renovação da teoria da restauração e tem levado alguns arquitetos a

entenderem a pré-existência como parte do processo de recuperação do bem e não como uma camisa de força. Para exemplificar, citamos o conceito de “presente histórico”, balizador da obra de intervenção em edifícios históricos de Lina Bo Bardi e a atitude de Marco Dezzi Bardeschi de considerar como “autêntica” não a forma com que o edifício se apresentava no passado, mas a forma como este se apresenta no momento em que se apresenta à intervenção.

## 2.5 PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

O compromisso com o passado gerava o pressuposto do congelamento do bem para sobreviver à passagem do tempo. Claro que isto se constituía em uma missão impossível e o embalsamento do bem ainda lhe furtava a condição de interação com o presente, único momento em que poderia realizar sua potência. Esta impossibilidade custou a ser admitida pelo campo patrimonial, finalmente substituindo-se a luta pela imobilidade do bem pela gestão da transformação. Certos conceitos importados da agenda ambiental passaram a ser incorporados pelo campo do patrimônio, tais como sustentabilidade e resiliência. Também a agenda ambiental substituiu a ideia de uma meta final – e ideal - a ser perseguida pelo acompanhamento do processo, monitoramento e correção de rumos, buscando reforçar a capacidade de resiliência do bem e a sua interação harmônica com o presente. GADAMER (2004) dizia da tarefa da arquitetura como uma transposição de contextos, reforçando a sua necessidade de sobrevivência ao longo dos anos, sempre a servir as sociedades nesses diferentes momentos. Como a

significância é localizada no tempo e no espaço, ela também está submetida à transformação e, para que o bem a mantenha, novas condições de significação serão sempre necessárias.

## 2.6 CIDADE ANTIGA E CIDADE NOVA

Uma das características da monumentalidade e da excepcionalidade é o isolamento do bem com relação ao mundo prosaico. Apartado do espaço comum, o bem manteria sua aura, mas também correria o risco de não exercer sua função social de presentificar uma sociedade e dialogar com sua identidade. No entanto, as coisas se encontram em um mundo de inter-relações e não há como isolá-las de seus diferentes contextos temporais, espaciais, sociais, políticos e econômicos. Sua sobrevivência depende de uma concertação adequada entre esses contextos.

Como resultado concreto dessa postura isolacionista, os chamados centros históricos passaram a ser tratados de maneira isolada do restante das cidades às quais pertenciam, como se elas não fossem uma só e como se os problemas urbanos globais não lhe dissessem respeito. Sem uma abordagem sistêmica, é claro que a gestão desses centros se apresentava impossível – ou pelo menos ineficiente – fazendo com que os modelos de gestão passassem do congelamento (“Modelo de Preservação”) para uma gestão compartilhada entre estado e comunidade, permitindo alguma flexibilidade (“Modelo de Conservação”) e, mais recentemente, incorporando planos estratégicos e dinâmicas de parceria e apropriações múltiplas (“Modelo de Reabilitação/ revitalização”),

conforme a análise e os conceitos criados por CASTRIOTA, 2009. Não foi uma evolução fácil: dado ao fato do berço patrimonial estar ligado à obra de arte - afinal o monumento intencionado se distinguiu pelo esmero em suas formas – a ideia de cidade como obra de arte presidiria por muito tempo os critérios de intervenção em seu tecido urbano. Em um momento subsequente, quando a História retoma a proeminência, a cidade-documento passa a ser privilegiada. Mas em ambos os casos a tendência imobilista se fazia primaz. A contradição entre o congelamento patrimonialista e a inevitável dinâmica urbana criou tensões irreconciliáveis na episteme tradicional, especialmente sem uma abordagem global que incluísse esses centros históricos em contextos socioeconômicos mais abrangentes.

### **3 PROCESSOS PARTICIPATIVOS**

Na medida em que o patrimônio só se justifica como a construção de um arco simbólico que o represente e o identifique, não faz sentido que sua coleção seja uma construção de elites ou de pequenos grupos, exigindo, na prática, uma interação contínua entre as comunidades e os bens eleitos para representa-las. Esta seção do artigo busca, portanto, discorrer um pouco sobre os processos participativos que as sociedades elegeram para fazê-las interagir no campo.

#### **3.1 A INTERSUBJETIVIDADE**

Não há um processo linear na eleição dos símbolos coletivos. Ela é uma construção randômica sem uma

estrutura sequencial, resultante de instantes históricos relevantes, de ocasiões, de acasos e mesmo de emocionalidades. A intersubjetividade talvez seja o conceito operativo mais coerente com o processo de patrimonialização. O forte centramento no objeto, característico da construção da Teoria Clássica da Restauração, parece ter desviado a atenção do fato de que o objeto não é patrimônio por si só e, que por mais icônico que seja, a patrimonialidade é um ato social: nada nasce patrimônio sem que algum grupo social lhe confira este atributo e que sua permanência nesse *status* também dependa da continuidade de sua significância, compartilhada por mecanismos intersubjetivos.

Durante muito tempo, os bens culturais “eleitos” representavam uma única história oficial e poucos grupos sociais, mas, com a ampliação do conceito e com o reconhecimento da diversidade, minorias étnicas e culturais também passaram a reivindicar os “seus” patrimônios, ampliando o leque de bens ao mesmo tempo em que se admitiam novas formas de participação e escolha. Por tudo isto, a Teoria Contemporânea da Restauração, tem reforçado a sua dimensão ética, reforçando as ações de negociação, equilíbrio, discussão, diálogo e consenso.

### 3.2 A FUNÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO

Como se viu, não faz sentido falarmos de patrimônio como um conjunto de curiosidades ou monumentos que são “visitados” de vez em quando. A função social do patrimônio reside na interação com a vida cotidiana, onde ele exerce a sua função referencial e de memória, onde o

símbolo se apresenta como portador efetivo de sinalizador de identidades e da memória coletiva. Exemplo disto são as imagens dos santos que saem em procissão nas cerimônias religiosas no interior de Minas Gerais, adoradas pelos fiéis que nelas realizam sua fé. Esta potência é muito mais efetiva e rica do que se as peças estivessem no interior de um museu, apenas vistas de quando em quando, sem a força da fé, mas vistas como exemplares históricos.

A função do patrimônio é exatamente gerar sentimentos coletivos de pertencimento e identidade e, por isso, quanto mais “dentro da vida” mais forte é sua mensagem. Centros históricos que são apenas cenários embalsamados do passado, edifícios que não servem a usos contemporâneos e às sociedades onde se inserem, objetos que se “escondem” em museus não exercem seu papel formador de cidadania e identidades. A égide do patrimônio que se busca é a de inclusão e, para tanto, ele tem de ser abrangente, se estendendo a diferentes identidades e diferentes formas de apropriação e, para tanto, a democratização do bem cultural é ponto fundamental, seja quanto à sua escolha, seja quanto ao seu acesso. Entende-se que, para tanto, há que se estabelecer um quadro operante de informações amplas e de processos participativos baseados no diálogo e em consensos, resultados de negociações transparentes e que não privilegiem apenas os aspectos econômicos ou de determinados grupos.

### 3.3 DESENVOLVIMENTO CULTURAL SUSTENTÁVEL

Como corolário da sustentabilidade sobre a qual nos referimos anteriormente, é possível falarmos de um desenvolvimento cultural sustentável, baseado no respeito à pré-existência (a política das grandes renovações urbanas baseadas na “terra arrasada” já é questionada desde os anos 1960, por exemplo) e na compreensão do conceito de “sustentabilidade ampliada”, cunhado na ECO 1992/ Rio de Janeiro como sendo o encontro das agendas ambiental, social e econômica e ao qual, atualmente, acrescentamos uma terceira perna: a da cultura. A sustentabilidade cultural, portanto, além da participação dos grupos sociais interessados, se opõe à destruição sistemática de qualquer quadro estável de referências, à renovação incessante de usos e costumes, imagens e valores como processo de substituição acelerada tipo *top down* e à revitalização de estruturas duráveis (arquitetura, cidades) que apresentem como consequência a perda de suas memórias individuais e coletivas.

#### 4 NOVOS PATRIMÔNIOS

A ampliação do conceito de patrimônio e a renovação de suas técnicas e métodos vêm apresentando, desde há algumas décadas, uma gama de novos casos de preservação e tipologias não categorizantes, muitas delas, inclusive, não necessariamente amparadas em tombamentos e registros oficiais. Vale a pena citarmos alguns exemplos para maior clareza dos argumentos aqui apresentados.

## 4.1 CASOS

Em 1986, em reunião do Conselho do IPHAN, com votação de resultado bastante apertada, foi tombado o Terreiro Casa Branca ou *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, na cidade de Salvador, Bahia. Embora polêmico, à época, o tombamento representou um avanço na política patrimonial brasileira por se dirigir a minorias e a diversidade étnica, rompendo com a predileção histórica do órgão para edifícios ligados ao poder civil e à religião católica. O pós-tombamento apresentou certas curiosidades, devido ao fato de que o aporte do patrimônio imaterial ainda se encontrava muito incipiente. Os técnicos trataram o bem cultural tombado mais do ponto de vista da preservação da matéria do que dos conteúdos simbólicos e ritos que ali se incorporavam.

O registro do modo artesanal de preparo do queijo do Serro, em Minas Gerais, primeiro bem de natureza imaterial registrado no país (IEPHA/ MG, 2001) foi reconhecido não apenas pelo seu valor histórico e de tradição, mas, segundo o órgão tombador, para valorizar a produção do pequeno produtor rural da região, esmagado pelo peso das grandes cooperativas de laticínios que lhes impunham um preço para o litro de leite: o queijo lhes proporcionava uma alternativa de liberdade comercial. Alguns anos mais tarde, em 2006, o reconhecimento se estendeu ao nível nacional (IPHAN) e à uma maior abrangência geográfica, incluindo a Serra da Canastra.

Na esfera internacional, a *Bassin Minière de Nord-Pas-de-Calais* foi reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO em 2012, valorizando uma paisagem totalmente modificada pelo homem, com grandes montanhas de rejeitos de mineração de carvão e estruturas industriais

abandonadas, mas que representavam um momento representativo da história da França. O reconhecimento da UNESCO favoreceu - e foi utilizado estrategicamente - uma importante requalificação de uma região deprimida economicamente com o fechamento das minas, sua principal fonte de empregos e de riqueza, colocando-se a cultura como principal instrumento de substituição de ativos e desenvolvimento local.

Se as medidas oficiais de proteção de bens patrimoniais muitas vezes se encontravam distante do cidadão comum por se dirigir a excepcionalidades, estes bens passaram cada vez mais a serem incorporados à vida comum das pessoas e às práticas cotidianas. Apenas para ilustrar como um fato curioso, no bairro de Santa Efigênia, em Belo Horizonte, tombado pelo seu acervo não “excepcional”, mas por seus valores de memória e identidade, os moradores da Rua Romano Stochiero criaram uma nova tradição junina que une os moradores de maneira criativa e efetiva: o “Arraiá do Tombo”.

## 4.2 NOVAS RELAÇÕES COM O PATRIMÔNIO

A tutela dos órgãos patrimoniais sobre os bens protegidos também tem se alterado em busca de uma maior participação das comunidades envolvidas. A ação preponderante e definidora dos *experts* tem sido substituída por mecanismos de participação e até mesmo de flexibilização de parâmetros, buscando uma maior sintonia entre bens e comunidades a que servem. A gestão de núcleos urbanos é prova disto. Nas cidades históricas mineiras, a atuação do IPHAN, caracterizada pela autoridade e pela decisão unilateral cujas consequências

geravam uma relação muitas vezes conflituosa com a população e um repasse de decisões e responsabilidades por parte das prefeituras locais, tem sido cada vez mais temperada pela busca de uma relação harmônica com as populações e os poderes municipais. Modelos altamente centralizados e subsidiados pelos governos são questionados e substituídos. Exemplos extremos disto são as formas de gestão da região do Pelourinho, em Salvador, Bahia, e da região do SAARA (Rua da Alfândega e arredores, centro da Cidade do Rio de Janeiro). O primeiro caso, em sua primeira fase, ficou conhecido pelos métodos excludentes da população ali residente, pela construção de um cenário artificial voltado apenas para o turismo e pela política de subsídios pouco sustentável que praticou. Já o segundo caso se preocupou com a manutenção do vigoroso comércio popular do local, flexibilizando critérios de preservação e praticando métodos eficazes de educação patrimonial e incentivos.

Em Belo Horizonte, grupos coletivos ligados à cultura, invadiram uma propriedade do estado de Minas Gerais, um antigo hospital psiquiátrico abandonado, tombado pelo município, para transformá-lo em um espaço cultural de uso comunitário, o Espaço Comum Luiz Estrela. A partir da invasão, conseguiram negociar com a Secretaria Estadual de Saúde a sua cessão, com a contrapartida de restaurá-lo, o que vem sendo feito com esforços alternativos de arrecadação. Até mesmo os critérios de restauração do edifício foram negociados com os órgãos de patrimônio de forma inovadora, pois aos “invasores” interessava a manutenção dos traços que a história veio deixando no prédio, desenhos impressos nas paredes pelas crianças em estado de sofrimento mental ou

pelas deformações causadas pelos diferentes usos: a eles não parecia apropriado uma restauração de recuperação da imagem – uma “cirurgia plástica”, segundo as palavras do coletivo – mas a preservação da história em seu desenvolvimento incorporada na matéria.

Os anos finais do Século XX reservaram ao turismo uma tarefa preponderante na preservação patrimonial, representando uma alternativa para sua manutenção. No entanto, o mercado do turismo cobrou um preço alto, favorecendo o mercado em detrimento das populações locais, causando gentrificação, produção de cenários, homogeneização de comércios e artesanato, dentre outras, banalizando as heranças históricas. Mesmo as populações que antes se beneficiaram dos fluxos turísticos, hoje se voltam contra ele, como é o caso do povo de Barcelona, incomodado com a invasão massiva de sua cidade e com a destruição das relações de vizinhança. Discutem-se hoje, formas de turismo sustentável.

Outra maneira de se relacionar com o patrimônio cultural, na busca de se lidar com a transformação e com relações contextuais mais amplas se estabelece a partir da utilização do conceito de Paisagem Cultural. Nascido no seio da Geografia, o conceito se estabelece a partir das relações entre o ser humano e a natureza e da transformação advinda desta relação. A UNESCO que, desde a Convenção do Patrimônio de 1992 já buscava uma nova maneira de relacionar meio-ambiente e cultura, abraçou a metodologia, mas, a nosso ver, empobreceu suas potencialidades ao trata-la apenas como uma mais categoria patrimonial, classificando-a em paisagens naturais de importância simbólica, paisagens fósseis, jardins feitos pelo homem e paisagens em evolução. Essas

subcategorias não aproveitam o grande potencial do conceito em abrigar relações interativas dos elementos que a compõem e da sua natural transformação, posto que os bens patrimoniais, na realidade, não existem isoladamente e estão em processos constantes de câmbio. A contradição entre o conceito e a abordagem do organismo internacional se refletem no caso da candidatura de Buenos Aires a patrimônio da humanidade que foi glosada por ser abrangente demais e de difícil controle por se tratar de um ambiente em permanente evolução, como se o fenômeno urbano não fora a mais importante criação cultural da humanidade nos últimos trezentos anos.

O patrimônio tem ainda de tratar de várias contradições internas e aqui exemplificamos uma delas com o fenômeno da pichação ou “pixação” como gostam de a ela se referir seus adeptos. Comumente tratada como crime, a sociologia procura ver o que existe por detrás dessa prática, descobrindo que ela ocorre muitas vezes pela ausência da identidade entre os pichadores e os bens patrimoniais por ele agredidos, a despeito de que esses bens também a eles pertenceriam e por eles deveriam ser cultuados. Se tal identificação não ocorre, resta-nos procurar compreender como fazê-los também significantes para todos os grupos sociais ou questionar processos de patrimonialização tais como são feitos hoje.

#### 4.3 NOVAS FORMAS DE PRESERVAR

Se a Teoria Clássica da Restauração já parecia ter resolvido seus dilemas, especialmente depois que o italiano Cesare Brandi publicara seu livro *Teoria da*

*Restauração* em 1963, ela não contava com os desdobramentos subsequentes do campo, pelo menos não tão rapidamente. A teoria brandiana, idealista (apesar de se autodenominar fenomenológica), universalizante (abrigava todas as formas de expressão artística em seu arcabouço) e científica (se auto apresentava como neutra e com procedimentos técnicos prescritivos) tinha uma matriz positivista e privilegiava a instância artística (a imagem), embora considerasse também a instância histórica, subordinado esta àquela. Com o passar dos tempos, verificou-se a dificuldade de aplicação da teoria e as contradições que ela gerava. A reconstituição da imagem ou o seu refazimento era anátema para a teoria brandiana que via na reconstituição um falseamento da história e uma impossibilidade epistemológica (o restaurador fazer pelo artista). O clamor das comunidades destruídas na segunda Grande Guerra, no entanto, especialmente no leste europeu, exigiu a reconstrução de monumentos e centros históricos inteiros, da mesma maneira que outras comunidades ao longo do globo exigiram reconstruções de seus bens após sinistros, como ocorreu, inclusive no Brasil, como no caso do hotel incendiado na Praça Tiradentes, em Ouro Preto. O mundo oriental também questionou os preceitos, na medida em que o refazimento poderia ser traço de uma matriz cultural própria, como já vimos anteriormente na reconstrução ritualística de seus templos.

Enquanto alguns autores questionavam a teoria mergulhando fundo na recomposição da imagem pelas facilidades oferecidas para isto com o avanço tecnológico, refazendo “como era, onde era” (caso do italiano Paolo Maroni e seus seguidores), outros se colocavam no polo

oposto, como o já citado também italiano Marco Dezzi Bardeschi que levava ao extremo o conceito de autenticidade – considerada por ele como sendo aquela situação em que o bem se encontra no momento em que começa a ser restaurado – e questiona o ato de reconstituição da imagem como um falseamento. Como para Bardeschi as estruturas arquitetônicas têm de ser utilizadas, sua solução é adaptá-las para os novos usos aproveitando ao máximo a matéria sobrevivente, mas sem nenhum compromisso com sua imagem pregressa.

De fato, torna-se mesmo impossível, no caso da arquitetura, uma estrita permanência de usos e uma reconstituição da imagem, como comprovam os casos das igrejas católicas refuncionalizadas por não mais utilizadas como tal pelas comunidades onde se situam e as adaptações de estruturas antigas para outras funções como gares ou antigas indústrias para salas de concerto ou centros culturais, casos em que espaços e estrutura precisam ser adaptados para as novas tecnologias e demandas.

## **5 URBANIZAÇÃO E PATRIMÔNIO**

A excepcionalidade monumentalista privilegiou reiteradamente o edifício-monumento em seu entorno como bolhas isoladas em espaços em processo de transformação. Por certo que houve muitos casos de núcleos urbanos protegidos, mas também eles estavam subordinados aos mesmos critérios dos bens isolados, como já tivemos oportunidade de discorrer anteriormente. A explosão do último século, pós-revolução industrial, no entanto, foi modificando, com o

tempo, essa relação e passou a entender a cidade, ela própria como um patrimônio e cunhou o conceito de estruturas ambientais urbanas que ligava qualidade com patrimônio, meio-ambiente, acessibilidade, etc. e veio a estender o conceito por toda a cidade e não apenas às excepcionalidades pontuais de seu território. Esta acentuada urbanização mundial vem colocar a questão patrimonial como uma das suas discussões que vão além da mera preservação físico/ material abrangendo outros temas convergentes tais como a qualidade de vida, a justiça social, o direito às cidades, a terra urbana, o acesso a bens e serviços, fazendo com que o patrimônio não se apresente como um “fardo de memórias, mas um ativo para o desenvolvimento”, nos dizeres do arquiteto português Walter Rossa, em texto inédito. As cidades mostram na prática como as culturas não são nem isoladas nem estáticas, mas que elas se encontram em uma dinâmica complexa de interação e transformação fazendo com que a realidade urbana se apresente de forma sistêmica, coesa e integrada, tornando questionável a compartimentação, categorização e separação de bens e ações em nichos estanques.

Os fenômenos da democratização, por sua vez, também passaram a reivindicar outros patrimônios, como vimos, e as transformações inevitáveis da morfologia e das significações urbanas colocaram em xeque a imutabilidade dessas estruturas.

Uma das principais questões que o fenômeno urbano tem trazido à contemporaneidade é a questão da apropriação do espaço urbano e o direito à sua fruição justa e universal, na medida em que as cidades se apresentam como o *locus* por excelência da concretização

das relações socioeconômicas e culturais e também como produto dessas relações. Quando examinamos a questão através da ótica de Henri Lefebvre, podemos compreender que o capitalismo constantemente reproduz ordens urbanas que refletem a sua própria lógica, a qual abre um grande espaço para contestação e reação daqueles grupos sociais que se acham excluídos, ainda que esses grupos reajam setorialmente (meio-ambiente, cultura, habitação, etc.). “Habitar” a cidade, ainda segundo o conceito lefebvriano, está profundamente ligado ao conceito de apropriação, o qual, por sua vez, se apresenta como uma plenitude de ações, e os conflitos se dão exatamente quando essa plenitude não é alcançada pelos diferentes grupos, com o surgimento de contradições e disputas entre desejos e necessidades e também dos diferentes “tempos cercados em um espaço” (LEFEBVRE, 2008). Ora, se há diferentes formas de habitar, não é possível considerarmos a cidade como um espaço homogêneo, a despeito de sua materialidade que tende a nos parecer “fixa” em sua morfologia. A tendência de confundir a realidade com sua forma física concreta nos leva a conclusões errôneas a respeito dos espaços urbanos como se os cenários que esses apresentam permitissem apenas uma única encenação.

Nesse sentido, o direito à cidade não é só o de habitar no centro ou poder ir-se a qualquer parte. Na realidade, o direito à cidade envolve questões mais complexas e flexíveis tais como a justa distribuição dos ônus e bônus gerados pela *urbs*, a quebra das invisíveis barreiras sociais que segregam seus espaços, a possibilidade de formas abertas e diferenciadas de apropriação da sua diversidade espacial, a viabilização da mobilidade urbana. Para que se

garantam os direitos, há que se garantir também os meios para que eles se exerçam.

É assim que o patrimônio urbano passou a incorporar as questões antropológicas e imateriais em suas formulações, compreendendo, inclusive, que não haveria uma biunivocidade entre forma/ matéria e significância/ apropriação, parecendo com que a os conteúdos materiais, apesar de parecerem imutáveis por definição, se apresentariam de maneiras diferentes conforma a solicitação dos usuários no momento de sua apropriação.

Exemplo destas novas possibilidades metodológicas é o tratamento dado aos conjuntos urbanos tombados em Belo Horizonte (1997), cuja definição de diretrizes de desenvolvimento e transformação adotaram como princípios metodológicos, elementos de abordagem integrada material e imaterial, buscando caracterizar cada trecho urbano como uma relação entre morfologia e apropriação, caracterizando-os por sua personalidade única - denominada argumento do conjunto - a partir da contribuição do antropólogo paulista José Guilherme Cantor Magnani (NAU-USP) que buscava essa caracterização através dos conceitos operacionais de Pedços, Manchas, Trajetos, Pórticos e Circuitos.

## **6 COMENTÁRIOS FINAIS**

Como procuramos demonstrar através desta breve revisão histórica, o aporte da dimensão imaterial e dos processos participativos no campo patrimonial vem alterando significativamente os modos como lidamos com ele, sendo necessária uma revisão epistemológica profunda. Nestes comentários finais, buscaremos ressaltar

algumas lições do patrimônio imaterial que devem informar esta nova agenda e fazer uma breve revisão de pontos para a reconfiguração do conceito de preservação.

## 6.1 LIÇÕES DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

O patrimônio ficou muito restrito à idolatria do objeto e sua autoria presos ao passado e menos atenção foi dada ao sujeito e ao presente, aos quais se dirigem efetivamente o bem patrimonial. Assim, a presença da dimensão intangível do patrimônio se refere não só aos que o produzem, mas também aos que o fruem, por que a eles se dirige a mensagem patrimonial, são eles que lhe conferem significado e é sobre eles que o patrimônio exerce sua função social, sua própria razão de existir.

Neste sentido, a participação social é fundamental na sua salvaguarda. A ação da comunidade é que a principal garantia de sua preservação e é ela, efetivamente, quem revive o bem, na medida que o invoca ou o utiliza. Não há, portanto, como se pensar em preservação sem a participação comunitária e sem pactos que com ela se façam nas suas mais diversas esferas, políticas, sociais ou econômicas.

Pelo exame da agenda do patrimônio imaterial – e que bem se aplica ao material – entendemos que ela apresenta um triplo caráter. Em primeiro lugar, trata-se de uma ação participativa, como acabamos de discorrer. Em segundo lugar, reconhece-se o caráter plástico dos instrumentos de preservação, em suas várias formas de gestão e diferentes maneiras de intervir, considerando-se que o congelamento no tempo é impossível e que são também vários os agentes aos quais se destina o bem. O terceiro ponto nos

mostra que a preservação é um processo, mais do que um momento fixo ideal a ser perseguido, o que traz consigo estratégias de implementação em fases acordadas e incorpora os princípios éticos e de monitoramento aos esforços preservacionistas.

Quanto aos conceitos de preservação, alguns pontos também merecem ser salientados. A “abertura” da obra é um conceito sobre o qual temos de nos debruçar para possibilitar que as diferentes identidades nela se reconheçam, evitando-se a tradicional atitude de “edição” do patrimônio para sobressaltar determinados valores de grupos dominantes ou de interesse e de até mesmo, como vimos anteriormente, distorcer o objeto para que caiba em uma pretensa visão histórica.

A gestão da transformação passa a ser um princípio metodológico muito mais eficiente do que as tentativas de aprisionar o bem a um passado. Isto diz respeito não apenas à impossibilidade prática deste aprisionamento, mas também quanto à significância do bem pelos processos participativos que o atualizam e o reinserem na vida. Saber como manter o bem e ao mesmo tempo discernir sobre sua resiliência e sobre aquilo que se mantém e aquilo que se cambia é tarefa que exige técnicas metodológicas diferenciadas daquelas que viemos construindo ao longo do Século XX.

É preciso também ter uma sensibilidade espacial para compreender a natureza diferenciada dos bens, tanto quanto à sua expressividade e função social, como também para compreender os diferentes grupos de seus usuários que podem requisitá-lo de forma diferenciada e exigirem formas também diversas de conservação. A diversidade não está apenas nos objetos ou fontes

patrimoniais, mas nos diferentes jeitos de olhar e, portanto, há diversidade nos modos de preservar. Neste sentido, preservar a diversidade é manter a abertura na compreensão do bem, o que nos leva ao primeiro princípio estabelecido neste item.

Ter sempre em mente a questão da função social do patrimônio é fundamental para que lembremos constantemente que desenvolvimento não é somente o crescimento econômico e que cultura não é só mercado, mas dizem respeito a qualidade de vida. É importante, nas sociedades contemporâneas que não relacionemos estritamente qualidade de vida com poder econômico-financeiro. O que dá qualidade à vida humana é a garantia de sua estabilidade física e emocional, sua liberdade, sua capacidade de existir em plenitude, na lógica que tenta estabelecer a reflexão de AMARTYA SEN (2010).

A ampliação da pesquisa, da formação e da informação são instrumentos necessários para que melhor compreendamos técnicas e valores, para aumentarmos nossos inventários e leques de bens significativos e que essa informação esteja sempre disponível e acessível amplamente para melhor instruir e facilitar os processos participativos.

Finalmente, mister é lembrar que o patrimônio só exerce a sua potência dentro da vida: não é isolando-o em redomas ou aprisionando-o no passado que ele pode vigorar.

## **AGRADECIMENTOS**

Apoio CNPQ Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Chamada CNPq N ° 09/2018.

## **REFERÊNCIAS**

BARDESCHI, Marco Dezzi. **Restauro: punta e da capo**. Milano: Stampa, 2000. 230 p.

BARDESCHI, Marco Dezzi. **Conservazioni e metamorfosi, cosmogonie, bestiari, architettura 1978-1988**. Firenze: Alinea, 1990.

BRANDI, Cesare. **Teoría de la Restauración**. Madri: Alianza Forma, 1988.

CARSALADE, Flavio de Lemos. **A Pedra e o Tempo. Arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARSALADE, Flavio de Lemos. A ética das intervenções. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel e ASKAR, Jorge Abdo. **Mestres e Conselheiros, Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS 2009. P. 76 a 90.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Patrimônio como construção cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** no. 36/ 2017; Patrimônio: desafios e perspectivas.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Patrimônio Histórico: Sustentabilidade e Sustentação In: **Arquitextos**

**Vitruvius**, 2001. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp080.asp>.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Dualidades patrimoniais. **Oculum ensaios. Dossiê patrimônio cultural ibero-americano**, v. 14, n. 2, Maio/agosto 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HAN, Byung-Chul. **Shanzhai – El arte de la falsificación y la deconstrucción en China**. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade, presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. 1.067-T-82 “Terreiro da Casa Branca”**. Salvador, 1982. v. I.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LYOTARD, Jean François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

MAGNANI, J. G. Cantor. Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade São Paulo". In: Os pedaços do Centro". **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, Ano VI, nº 17, 1986.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea de la Restauración**. Madrid: Sintesis, 2003.

POMIAN, Krzysztof. **Collectionneurs, amateurs et curieux**. Paris, Venise, XVI-XVIIsiécle. Paris: Gallimard, 1987.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 17 out-21 nov. 1972.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 out. 2003.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

ZANCHETI, Silvio e CARSALADE, Flavio. **Conjunto Moderno da Pampulha. Patrimônio, Gestão Turística e Desenvolvimento Social. Jornada Especial de Trabalho**. Belo Horizonte: Belotur, 2019. Mimeo.